

O BRASIL NO EPISTOLÁRIO DE SIMON BOLÍVAR: UMA ANÁLISE SOBRE O DESCONHECIMENTO ENTRE AS AMÉRICAS*

*Fabiana de Souza Fredrigo***

Resumo

A análise dos processos de independência nas Américas permite observar que as estratégias políticas adotadas pela América Portuguesa, de um lado, e pela América Hispânica, de outro, motivaram o cultivo da denegação entre essas porções do território americano. Para identificar, no discurso contemporâneo ao processo, a afirmação da denegação, elegeu-se como fonte o epistolário de Simon Bolívar. Assim, este artigo apresenta o discurso instituído nas cartas dessa importante liderança, considerando especialmente as referências imagéticas dedicadas à monarquia brasileira.

Palavras-chave: Bolívar, epistolário, denegação.

Brasil e América: a identificação da denegação

Refletir sobre o Brasil como parte da América Latina constitui uma ousadia intelectual. Apesar de ser possível detectar algumas mudanças nos últimos tempos, ainda assim, pensar a América Latina a partir do (e no) Brasil é um desafio. Não se cometeria nenhuma impro-

* As reflexões presentes neste artigo são parte da pesquisa ainda em andamento, realizada no Programa de Pós-Graduação da UNESP, Campus de Franca, para a Tese de Doutorado, provisoriamente intitulada: *O epistolário de Simon Bolívar: possibilidades de uma análise sobre a memória e a história (1799-1830)*.

** Professora Assistente de História Contemporânea do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás.

priedade ao afirmar que essa análise é partilhada por boa parte dos pesquisadores que tomam a América Latina como o seu campo de investigação. Há muito tempo, Maria Lígia Prado (1999, p. 19-20) chama a atenção para essa questão:

Brasil e América Latina: dois pólos que se atraem e se repelem. Edmundo O' Gorman, em seu clássico livro *A invenção da América*, afirma que, sem contradição lógica, a América é e, ao mesmo tempo, não é a Europa, “condição dramática de sua existência e chave de seu destino”. Penso que podemos afirmar também que o Brasil afirmou-se e afirma-se como América Latina em diversas e variadas manifestações políticas, mas também nega a sua identidade, ignorando, desqualificando e formando estereótipos negativos relacionados ao mundo hispano-americano. No Brasil, os estudiosos da América Latina vivem intensamente essa dicotomia e precisam, de início, assumir os problemas dela decorrentes.

Embora não seja nada nova, essa problemática continua a intrigar a opção propositada das Américas de se negarem a buscar entre si laços que possam indicar algum reconhecimento ou identidade. Ao contrário, preferem construir sua identidade a partir da negação mútua, desconsiderando possíveis analogias. Mais do que negação, seria interessante racionalizar tal problemática a partir da *denegação* (KARNAL, 2000). O que parece ter o mesmo significado, em realidade, assume nova leitura quando se atenta para as distintas maneiras de entender tal termo. Denegar não é apenas recusar, negar ou não aceitar. Denegar pode significar também desmentir, contradizer. Tal como num jogo de espelhos, as Américas não só se recusavam, mas se contradiziam, se desmentiam, usando a imagem do outro para construir a sua própria imagem e definir identitariamente o que não queriam ser. Nesse processo, assumiam a importância do outro, mesmo quando o silêncio a seu respeito fazia-se presente.

Quer-se demarcar um momento específico para a avaliação do desconhecimento proposital entre as Américas: o das independências políticas, ocorridas, em sua maior parte, na primeira metade do século XIX. O processo de independência marca um momento importante, pois, enquanto colônias, os americanos não precisavam reforçar sua identidade,

tendo em vista um *outro*. Melhor ainda, sequer precisavam pensar a esse respeito, a identidade estava dada pela ligação com a Coroa (espanhola ou portuguesa). Fosse para negar ou aceitar, o fato é que a possibilidade de alguma identidade estava mapeada no interior da relação entre a colônia e a metrópole. Quando das emancipações, seria preciso que as elites condutoras do processo atentassem para uma dimensão externa maior.¹

A discussão anterior coloca o problema da identidade como questão central. Sabe-se que a construção de identidades depende de uma relação na qual a alteridade deve colocar-se como componente. Assim, é inevitável à construção das identidades a demarcação de fronteiras e, portanto, a figura do outro é estabelecida a partir do eu que exclui. Até o momento, nenhum problema. O problema aparece quando se observa que o outro eleito não é qualquer outro: ele é algo que se rejeita porque foi escolhido para ser rejeitado, e só pôde ser escolhido por conta do conhecimento que se tinha dele.

O conhecimento não é precisamente empírico, pode-se estabelecer alicerçado em imagens pré-concebidas e, nesse sentido, não fazer jus à experiência social. O conhecimento do outro pode-se dar a partir de informações esparsas ou abundantes, o que contribuiria para construções equivocadas ou não. Mesmo no caso de informações abundantes, o conhecimento retirado delas seria filtrado para ser traduzido conforme conviesse ao eu em sua construção identitária. Desse modo, não é essa a discussão que interessa, ela constitui um falso problema, pois, conhecendo empiricamente ou não, o que importa é como se traduzirá o conhecimento para a formulação de um imaginário² político. Formulada de outro modo, a questão relevante passa a ser até que ponto a denegação entre as Américas capturaria o imaginário político das sociedades latino-americanas. A multiplicidade de estratégias que podem ser utilizadas para a construção e afirmação das identidades nas Américas (portuguesa e hispânica) acaba por impor o trabalho com a idéia da denegação.

Diante das urgências políticas e econômicas para a construção do Estado Nacional, a legitimação dos caminhos escolhidos passava pelo obscurecimento de outras alternativas, restando aos países independentes da América Hispânica e ao Brasil a mútua desconfiança que seria afirmativa dos estereótipos denegadores. A legitimidade interna das repúblicas latino-americanas e do império brasileiro seria construída a

partir da negação do outro. Novas repúblicas, com velhos problemas, exauridas pela guerra, não sabiam bem o que seriam, mas, certamente, tinham claro o que não queriam ser; para a América Hispânica, o Brasil representava a ameaça de recolonização e a imagem viva do Antigo Regime. Também o Brasil, depois de 1822, lidando com inquietações constantes no Norte e Nordeste do país, tinha definido o que não queria: a desordem e a quebra da unidade – representações que não por acaso estavam vinculadas à América Hispânica. Desconfiança e estranheza estiveram enunciadas em textos de Bolívar³ e no seu desejo de efetivar uma confederação de repúblicas americanas com evidente apelo defensivo.

A equalização entre nação, povo e soberania, emergente e ratificada com a Revolução Francesa, assumiu uma transplantação em território americano. A soberania da nação, tanto para o Brasil como para o mundo hispano-americano, não significaria a soberana razão do povo; inculto e incivilizado, esse se mantinha dominado pelos caprichos e pelo espírito voluntarioso. Nesse sentido, esse mundo alicerçado em práticas efetivas do Antigo Regime⁴ não podia produzir real demanda social por soberania. Na América, o vocábulo político moderno chegou antes, muito antes, da prática política moderna (GUERRA, 1999) – ou, como avaliou o consagrado José Luís Romero (s.d.), as idéias vieram antes das coisas. Mais uma vez, o solo americano apresentava-se como lugar próprio à reinvenção: era preciso dar forma a instituições que permitissem o nascedouro de uma nação, sem ter, para tanto, os cidadãos imprescindíveis a essa tarefa.

Ao mesmo tempo, era preciso conceder caráter político-administrativo a estados em formação e viabilizar-lhes os princípios básicos para a efetivação da nação. Para a geração das independências americanas, essa dupla tarefa era algo que se observava em conjunto, em que pese o fato de a historiografia, posteriormente, alertar quanto à dissociabilidade desse processo – primeiro, a construção do estado nacional e, depois, a efetivação da Nação (JANCSÓ e PIMENTA, 2000). Enquanto esse duplo processo ocupou quase três séculos na Europa, na América, o século XIX brevemente teve de resolvê-lo.

A independência política de um país não depende exclusivamente da definição de uma guerra ou de um grito de liberdade. Nesses meandros, há muito mais do que gestos consagrados pela memória

histórica. É certo que para ser independente um país deve assim ser considerado no concerto de nações, ou seja, em âmbito internacional. Para que tal reconhecimento se dê, por mais que fatores políticos e econômicos sejam relevantes na discussão, eles não são os únicos que devem ser considerados. O reconhecimento externo exige daquele que quer a independência certa capacidade de convencimento no tocante às suas possibilidades reais (ao menos o que se considera como possibilidade real para efeito da argumentação) de estabelecer e prosseguir como Estado-Nação. Enfim, é inevitável e, todavia, particular a esse processo de convencimento interno e externo a veiculação de representações, bem como a construção de identidades que têm por finalidade imediata favorecer o reconhecimento formal da independência. Compreende-se que essa lógica aplica-se a todo território que se quer afirmar soberanamente diante das outras nações. No século XIX, esse era um rito de iniciação.

O liberalismo confesso dos *criollos* não serviu apenas de alicerce à justificação da necessidade de independência, mas também foi importante para aguçar o paladar de nações muito interessadas no potencial de investimento das jovens nações. Nesse sentido, o liberalismo servia de *marketing* político “nacional” e moeda de troca, firmando imagens acerca daquele canto do mundo no imaginário europeu (imagens que não eram tão novas, o paraíso era revisitado por sua capacidade de sustentar o apetite de países sedentos em plena era da indústria). Quando se referia à exploração espanhola e à potencialidade do Novo Mundo para se tornar um grande empório,⁵ Bolívar não estava apenas professando sua crença na liberdade de comércio, bradando contra o absolutismo dos Bourbons ou desejando edificar a unidade entre as repúblicas independentes. Estava sim, junto com tudo isso, criando uma representação – a riqueza natural oposta à potencialidade do trabalho – que daria configuração identitária ao Novo Mundo em ambiente internacional. No caso brasileiro, o reconhecimento da independência foi bem menos problemático em virtude mesmo do caminho escolhido pela elite assumidamente luso-brasileira.⁶ Ainda assim, não foi possível que o reconhecimento do Brasil como nação desprezasse a produção de uma identidade externa e interna.

A tentativa de estabelecer uma identidade externa e interna aos nascentes países da América deixa-se tomar pela denegação mútua,

cultivada, inicialmente, pela elite condutora dos processos de emancipação. Alguns discursos sobre os países independentes consolidaram o desconhecimento, a estranheza e a denegação entre as Américas e, assim, foram traduzidos aos ambientes da cultura e da política. Até agora, apontou-se um problema, a denegação. A partir de então, é objetivo deste artigo indicar a construção histórica capaz de abordá-lo, trazendo à luz novos elementos para a reflexão.

O Brasil no epistolário de Simon Bolívar: pistas da geografia do desconhecimento

Identificou-se no epistolário de Simon Bolívar um interessante meio para avaliar a denegação entre as Américas. Procedeu-se à leitura das cartas com o objetivo de encontrar um discurso sobre o Brasil. Era pretensão fazer o percurso inverso ao de alguns pesquisadores: o ponto de partida não estaria no discurso brasileiro sobre a América, mas sim no discurso de uma importante liderança do processo de emancipação em alguns territórios da América do Sul de colonização espanhola. As cartas de Simon Bolívar compõem um tipo de fonte que sugere questões teórico-metodológicas particulares ao historiador.⁷

Os sete tomos compilados e publicados por Vicente Lecuna cuidam da organização das cartas de Simon Bolívar, cartas escritas entre 1799 e 1830; respectivamente, anos de sua primeira viagem à Espanha e de sua morte. Nesses tomos, há 2.815 cartas. Em realidade, o epistolário de Bolívar contaria com um número superior de cartas, podendo chegar a 10 mil peças (HILDEBRANDT, 2001, p.13). Ainda no prefácio às cartas, é possível instruir-se sobre a longa trajetória dos baús que carregavam a extensa documentação produzida por Bolívar no decorrer de sua vida pública. Contrariando o pedido testamentário para que queimassem a documentação existente nos baús, que em última ordem havia mandado à Paris, os contemporâneos do general foram os primeiros a cuidar desse material. Entre eles, Daniel Florêncio O'Leary foi o que se apoderou de boa parte do arquivo com o objetivo de escrever as memórias do amigo e chefe. Durante todo o século XIX, homens como Javier Yanes, Cristóbal Mendoza, Félix Blanco, Ramón Azpurua, Felipe Larrazábal e Aristides Rojas foram incansáveis perseguidores e compiladores dos documentos

produzidos por Bolívar. Em 1879, publicou-se as *Memórias de O'Leary*, edição que ficou a cargo de Simon Bolívar O'Leary. Entre 1887 e 1888, foi a vez da publicação de três volumes de cartas compilados por Andrés Level. Pérez e Soto, que se dedicou à pesquisa dos documentos de Bolívar, morreu antes da publicação de sua obra, sendo sua coleção adquirida pelo governo da Venezuela. Em 1913, Blanco Fombona publicava em Paris um volume das cartas de Bolívar. Os tomos compilados por Vicente Lecuna, com correções e anotações, utilizaram-se de todas as obras anteriores, acrescentando muita documentação nova, garimpada ao longo de anos de pesquisa, entre 1917 e 1929.

Antes de chegar à coletânea de cartas de Bolívar, Lecuna organizou os arquivos de Salom, Soublette e Montilla, todos generais que lutaram ao lado de Bolívar durante as guerras de independência. A ausência de cópias das cartas de Bolívar na secretaria do governo, onde estavam muitas cópias dos documentos oficiais, exigiu todo esse extenso percurso dos homens que se dedicaram a trazer à luz a documentação privada de Bolívar. Muitas das cartas foram doadas por outros pesquisadores, por descendentes dos generais e por embaixadas de outros países com os quais Bolívar ou os destinatários de suas cartas tiveram algum contato, como foram os casos da Argentina, da Espanha e da França. Deste universo derivou a obra que se utiliza, publicada pela primeira vez em 1929 e reeditada em 1964, num esforço conjunto da Fundação Vicente Lecuna e do Banco da Venezuela.

Sabe-se que o arquivo pessoal de Manuela Saénz, a companheira mais constante de Bolívar, no qual se encontravam cartas dele, foi incendiado quando Manuela faleceu, em 1856. Vitimada pela difteria, seu corpo e seus pertences foram incinerados por medo de contaminação. Nesse ato, perderam-se as cartas de Bolívar que, certamente, tinham relevância não apenas pelo seu conteúdo amoroso. É importante ressaltar que, antes mesmo de conhecer Bolívar, Manuela já havia se decidido pela luta emancipacionista. Foi com esse propósito que participou da conspiração contra o vice-rei do Peru e conseguiu a condecoração, a Ordem do Sol, outorgada por San Martín pela sua participação na causa, ainda em 1822. Nesse mesmo ano conheceu Bolívar e, desde então, participou dos planos pela emancipação americana. Especialmente, a partir de 1826, quando Manuela e Bolívar foram morar juntos, nas proximidades de Lima, ela tornou-se sua informante sobre a situação

política da América e sobre o que diziam dele. Colocou-se presente na trincheira política ao lado dos bolivaristas, exatamente quando os conflitos políticos abriram espaço aos detratores do trabalho de Simon Bolívar. Teve problemas em voltar à sua terra natal, Quito, em virtude de sua postura política; era considerada perigosa pela chefia local. Terminou seus dias longe de sua pátria, exilada (por conta própria) no Peru (CASTRO, 1988). Assim, imputar a Manuela Saénz somente o papel de amante de Bolívar é deveras injusto. Ela, sem dúvida, participou dos dramas políticos de sua época, e a correspondência trocada entre ela e Bolívar poderia revelar questões importantes, daí o lamento pela perda dessa documentação.

Mesmo que se considere que as 2.815 cartas configuram apenas uma amostragem, uma vez que não se sabe ao certo quantas cartas no total Bolívar escreveu no decorrer da vida, ainda assim, é relevante o fato de que o interesse de Bolívar pelas cartas não diminuiu com o passar dos anos. Ao contrário do que se poderia aventar, as cartas não eram somente um meio de comunicação nos tempos de guerra. Conforme os conflitos internos nas repúblicas libertadas intensificavam-se, o número de cartas registrava um acréscimo. Conclui-se que Simon Bolívar necessitou muito mais dos seus interlocutores para cuidar dos assuntos internos à América do que para levar adiante a guerra. Como o próprio general recorrentemente expressava, no campo de batalha ele era soberano e sentia-se à vontade; todavia, no posto de político maior das repúblicas, seu desconforto aumentava na mesma proporção que a necessidade de legitimidade, daí a escrita das cartas intensificar-se. Como previu em inúmeras missivas, os cuidados com a honra, alcançada nos combates, deviam ser redobrados em tempos de paz.

O grupo com o qual Bolívar entabulava as suas conversações definia-se por sua composição social e profissional específica. A maioria das cartas de Bolívar foi endereçada aos generais, que, concomitantemente, foram os políticos estreados das repúblicas independentes. O código de valores presente nas missivas não diz respeito apenas a Simon Bolívar, uma vez que os elementos desse código eram partilhados com os outros generais por intermédio da prática da correspondência. Desse modo, o que se busca nas cartas não são os incidentes da vida particular do general; antes, o objetivo é absorver o imaginário de uma elite da qual Bolívar era um representante exemplar.

Sobre o Brasil, o que mais se encontrou foi um grande silêncio: direta ou indiretamente, em 2.815 cartas lidas, assuntos que envolvessem a monarquia americana não alcançavam nem 10% das missivas. O Império apareceu apenas em conjunturas específicas: primeiro, quando da invasão em Chiquitos, no Alto Peru (Bolívia), em 1825; segundo, quando a luta territorial com Buenos Aires (pelo domínio no Prata) forçou as lideranças argentinas a buscar em Bolívar um possível aliado para uma guerra com o Brasil.⁸

O material selecionado, em sua maior parte cartas de 1825 e 1826, permite algumas considerações. Apesar da escassez, carrega-se a certeza de que o silêncio sobre o Império que assustava a América Hispânica é uma pista importante. Por que não se comentava sobre o Brasil? Por que não se discutia, com mais frequência, sua postura e ação políticas? Discutia-se a situação européia, a mexicana, a chilena, a norte-americana, mas a brasileira era sempre tangencial. Esse parece ser um dado corriqueiro, mas não é. Bolívar pensava em uma América unida e estrategicamente vigorosa para defender-se da força européia, sendo assim o Brasil deveria ser colocado como importante peça nesse jogo político. É evidente que a América confederada com que Bolívar sonhava contava com a participação mais efetiva de Colômbia, Venezuela, Bolívia, Equador e Peru. Todavia, a pergunta é: se considerava importante avaliar como se colocariam outros países diante desse ideal unitário, por que não se incluía a avaliação em torno da interpretação brasileira? Um “homem de guerra” como Simon Bolívar não poderia desprezar uma questão estratégica como a das fronteiras – e, adiante, se verá que ele realmente não desprezava tal fator. No entanto, o próprio convite ao Brasil para a participação no Congresso do Panamá (1826) se viu envolto em confusões em virtude das questões candentes na região do Prata. A propósito da participação brasileira no Congresso do Panamá, escrevia Bolívar para Santander, em uma carta datada de Lima, 7/4/1825:

Espero que Buenos Aires e Chile entrem na confederação pelo respeito que nos têm e pelo bem e mal que lhes podemos fazer. Direi a você, imediatamente, que a federação com Buenos Aires é para nós, agora, prejudicial porque nos compromete com o Brasil e, talvez, com a Santa Aliança. A federação com os Estados Unidos vai nos comprometer com a Inglaterra, porque os americanos são

os únicos rivais dos ingleses no que diz respeito à América. Examine bem essas questões e eu verei com prazer o resultado, porque, ao menos, poderemos nos desenganar das previsões que tenhamos feito. (Tomo IV, R. 1195, p. 296-301)

A leitura das fontes constatou o silêncio em relação ao Brasil. E o inconveniente está exatamente aí, em como trabalhar com o silêncio. Se o silêncio indica denegação, então a existência desse sentimento em relação ao Brasil fica evidenciada. Mas, é preciso encontrar um meio de ir além. O Império Brasileiro suscitava receio e temor. Mais do que isso, ele era o Império do qual pouco se conhecia. A imagem construída acerca do Brasil se vê revestida pela ignorância, baseada num tipo de conhecimento nada empírico, marcado por idéias preconcebidas. Conforme se afirmou, o importante não é saber se o conhecimento é empírico ou não, mas sim saber como ele é apropriado e traduzido.

O desconhecimento pode permitir a construção do seguinte jogo: qual o temor expresso pelas repúblicas americanas em relação ao Império brasileiro? O desconhecimento do Brasil produzia um tipo de raciocínio peculiar: quando se fazia necessário avaliar o que parecia alguma grande transformação na política brasileira, utilizava-se da estratégia de ligar os acontecimentos internos aos ditames de uma corrente de influência européia (Portugal–Inglaterra–Santa Aliança), o que, em muitos casos, aprofundava a ignorância, que era o substrato do medo. Da mesma forma, ainda a propósito do Congresso no Panamá, não é possível passar despercebido ao leitor atento que, ao escolher seus conflitos, se a dúvida era entre Buenos Aires e Brasil, Bolívar decidia-se por evitar confusões com o Brasil. Este último teria apoio externo, o que não era o caso de Buenos Aires. Aliás, para Bolívar, Buenos Aires nada mais era do que uma cidade hanseática, em anarquia constante e que tinha de domar seus inimigos internos, antes de qualquer conflito no restante da América:

Já se sabia no México da vitória de Ayacucho, e falavam dela com temor por uma nova reação da Europa frente às nossas últimas vitórias. Tudo isso nos facilita, agora, a reunião, com sucesso, do congresso. Sobre isso repetirei novamente que a federação com Buenos Aires e os Estados Unidos me parece muito perigosa, porque vai cruzar os nossos interesses com os da Grã-Bretanha e os dos tronos do continente por causa do

Brasil. (Carta a Francisco de Paula Santander. Ocoña, 8/5/1825. Tomo IV, R. 1209, p. 316-319)

Se o Brasil pouco aparece nas cartas, ainda assim ele não pôde ser desprezado completamente no cálculo político. O panorama interno brasileiro não era tomado como importante, as verificações faziam-se apoiadas somente nas relações externas. Sabe-se que Bolívar não tinha por obrigação a avaliação do panorama interno do Brasil, e, além disso, é certo que as influências externas muito contavam na política brasileira daquele momento. Mas o que se quer salientar é que esse panorama sequer era aventado, mesmo hipoteticamente, para construir alguma imagem acerca do país.

No caso de outros países – como o México, por exemplo –, o desconhecimento também era um dado, mas demandavam-se avaliações internas quando preciso. México, Chile e Buenos Aires eram regiões distantes para Bolívar, não se encontravam sob o seu raio de ação mais direta; estavam sob o comando de outras lideranças. Desse modo, o desconhecimento aplicava-se também a esses lugares, mas em menor grau certamente. Durante todo o longo processo de guerras para a emancipação, Bolívar preocupou-se em tecer panoramas internos e externos dos diferentes lugares que lhe interessavam; era um líder que queria estar muito bem informado. A lógica política pode parecer tacanha, mas o fato de o Brasil ter-se definido pelo regime monárquico, estando na América, já o tornava a representação de tudo o que não devia ser considerado, mas apenas temido. Durante a guerra com Buenos Aires, veiculou-se uma imagem acerca do Império do Brasil. Essa imagem opôs Brasil e América particularmente por conta do regime de governo. A república era associada à idéia de liberdade e de ruptura com a Península. Do outro lado, a monarquia representava a continuidade com a Europa e o fruto máximo do anti-americanismo. Em território brasileiro, a opção pela monarquia havia ganho os corações e mentes da elite luso-brasileira, e o país mantinha como soberano ninguém menos que um europeu, filho da dinastia dos Bragança. Diante dessa evidência, que tipo de colaboração as repúblicas hispano-americanas poderiam esperar do Império do Brasil? (PRADO, 2001, p. 136)

O argumento que ligava o Brasil à Santa Aliança repetia-se carta após carta, o que aprofundava o temor em relação ao território vizinho e

fazia com que ele não fosse visto como possível parceiro para a melhoria do continente sul-americano. Em cartas a Sucre e a Santander, como as que seguem, Bolívar evidenciava por que todo cuidado era pouco com a monarquia brasileira. Anote-se que os trechos reproduzidos são de cartas escritas em janeiro de 1825, numa conjuntura próxima à invasão em Chiquitos⁹ e imersa nas complicações no Prata:

[...] pelas notícias que vem da Europa e do Brasil, sabemos que a Santa Aliança trata de favorecer o imperador do Brasil com tropas para subjugar a América Espanhola, com o objetivo de consagrar o princípio da legitimidade e destruir a revolução. Começariam por Buenos Aires e quem sabe onde terminaria essa empresa. Também sei que os espanhóis do Peru entraram em contato com o imperador do Brasil, com vistas a aderir ao projeto de subjugação geral, aderindo entre si aos princípios monárquicos. (Carta a Sucre, Lima, 20/1/1825. Tomo IV, R. 1161, p. 243-245)

A defesa da realização do Congresso no Panamá se dava, entre outros argumentos, pela postura ofensiva do Brasil e pelo apoio recebido por ele da Santa Aliança e da Inglaterra. Essa ligação é imediata, como se observa em carta a Santander:

Tenho sabido que os espanhóis têm-se posto de acordo com o príncipe para atrelar seus interesses sob os auspícios da legitimidade. Além disso, eu sei que no Brasil têm chegado mil alemães e que virão seis mil russos para defender a monarquia [...] Por desgraça, o Brasil faz fronteiras com todos os nossos estados; conseqüentemente, tem muitas facilidades para nos fazer a guerra com sucesso, como quer a Santa Aliança. De fato, concebo que seria muito agradável a toda aristocracia européia que o poder do príncipe do Brasil se estendesse até acabar com o germe da revolução. Muito em breve, começariam por Buenos Aires e terminariam em nós. Em toda a América Meridional, apenas a Colômbia é forte, o restante desbarata-se com muita facilidade. Cada dia está pior o Sul da América, se vou-me embora do Peru, ele volta a perder-se; porque não há homens capazes de sustentar o Estado, mas, se não destruo Olañeta, este cavaleiro destrói todos os demais estados da América, auxiliado pelo príncipe do Brasil e todos os contra-revolucionários deste mundo. Assim,

penso que, a cada dia, é mais urgente a reunião do Congresso Geral no Istmo. (LIMA, 23/1/1825. Tomo IV, R. 1162, p. 245-246)

A invasão de Chiquitos, no Alto Peru, rendeu discussão que ocupou em torno de quinze cartas para diferentes destinatários. Bolívar resolveu mobilizar muitas personalidades para que essas colaborassem na sondagem da situação e o ajudassem a definir qual a melhor atitude a ser tomada. Logo depois de Chiquitos, uma delegação argentina aproveitaria o descontentamento de Simon Bolívar com as pretensões anexadoras do Brasil para convencê-lo a entrar numa outra guerra. Certamente que Bolívar sabia do cuidado que deveria ter para não afastar Buenos Aires, mas sabia também o quanto colocaria em jogo (e o quanto poderia perder) se resolvesse, novamente, sangrar o erário colombiano para pôr em andamento mais uma guerra. Além disso, é preciso considerar que o ano de 1825 marcou o reconhecimento externo da América do Sul. Finalmente, os vinte anos de guerra com a Espanha pareciam chegar ao fim, entretanto uma guerra mais fratricida (e que Bolívar temia) era colocada em andamento: a guerra interna que expunha os diferentes interesses das chefias sul-americanas.

A propósito das análises do porquê da invasão de Chiquitos, uma gama de idéias sobre o Brasil foram veiculadas através das cartas. Bolívar teceu cenários múltiplos para compreender a atitude brasileira, o que pode ser examinado nos trechos selecionados:

Se, nestas circunstâncias tão favoráveis a nós, segundo parece, o imperador do Brasil trata de nos molestar diretamente e ainda nos invadir, uma operação tão absurda poderia ser-lhe, no mínimo, desfavorável. A Santa Aliança, portanto, não podia aconselhar-lhe medidas hostis, porque seria arruinar-lhe seu comércio, sua causa e expor-lhe à expulsão do trono. Assim é que concebo que a invasão em Chiquitos deva ser obra absurda e precipitada do comandante Araújo. Se é do Imperador, sem consulta à Santa Aliança, é um arrebatamento louco e sem conseqüência, e se é por conselho da Santa Aliança a coisa é de maior gravidade e sua transcendência é imensa. Devemos, pois, preparar-nos para uma longa contenda com a maior parte da Europa. Creio que o que devemos fazer primeiro, caso a Santa Aliança se meta em nossos negócios, é levar Peru e Buenos Aires a ocuparem imediatamente o Brasil, Chile deve ocupar Chiloé; Colômbia, Guatemala e México

devem ocupar-se de sua própria defesa, e toda a América formar uma só causa, atendendo todos juntos aos pontos atacados. (Carta a Francisco de Paula Santander. Arequipa, 30/5/1825. Tomo IV, R. 1217, p. 337-344)

Em carta a J. Hipólito Unanué, presidente do Conselho Governativo peruano, Bolívar ia mais longe em sua análise (o trecho grifado é sugestivo):

Você saberá pela secretaria sobre o sucesso dos portugueses em Chiquitos, a intimação do capitão é insolente e bárbara. O General Sucre a tem contestado nos mesmos termos, arrebatado, sem dúvida, pela indignação que deve ter-lhe causado uma atrocidade escandalosa. Entretanto, eu não aprovo tais represálias, pois o rompimento de uma nova guerra não pode ser útil a ninguém e arruinará as relíquias de nossas pobres fortunas. Eu calculo que esse oficial pode ter agido sem a consulta de seu governo, mas, se o Imperador deu-lhe semelhante ordem, pode ser *uma das tantas loucuras que ele faz a cada dia*. (Arequipa, 30/5/1825. Tomo IV, R. 1217, p. 344-349)

Como se sugeriu, o medo da força brasileira era um dado e ele vinha mapeado pelas ligações externas do Brasil, especialmente positivas, no entender de Bolívar, com a Inglaterra e com a Santa Aliança. Diante do medo, era preciso cautela, era preciso arrefecer os ânimos e impedir um conflito armado.

As cartas utilizavam-se de um tipo de linguagem compreensivelmente mais pessoal, afinal os destinatários eram figuras de confiança e construíam com o remetente um pacto de lealdade. Todavia, mesmo que se considere e se compreenda o tom mais pessoal da carta, a alusão a Pedro I nas duas últimas missivas não pode deixar de chamar a atenção. A figura do Imperador foi atrelada à imagem de um louco – um louco movido não por uma obsessão única, mas por várias loucuras cotidianas. À primeira vista, a imagem provoca o riso. Entretanto, associar o Imperador à loucura não deixa de ser uma interessante estratégia de não-reconhecimento das atitudes políticas tomadas por esse homem. Segundo a carta, uma ordem de Pedro I só devia ser levada a sério se contasse com o crédito da Santa Aliança, era esse o cenário que realmente assustava. Em qualquer outro cenário, uma invasão das tropas

patriotas poderia ser programada, desde que a Inglaterra e a Santa Aliança não resolvessem apoiar a monarquia brasileira.

Daí a diplomacia ser a atitude inicial mais sensata a ser tomada. Em carta para Gregório Funes, Bolívar demonstrava interesse em informar-se sobre a postura da Inglaterra diante de um possível conflito na América:

Parece-me um passo muito importante, o de consultar a opinião do agente britânico nessa capital sobre o modo que receberia a Inglaterra uma guerra do Brasil conosco. Se esse cavaleiro não sabe ou não se atreve a responder essa questão, poderia você dizer-lhe que eu gostaria que ele consultasse seu governo a respeito. (Arequipa, 28/5/1825. R. 1215. Tomo IV, p. 333-335)

Em outra carta, pedia uma consulta ao governo de Buenos Aires sobre as suas relações com o Brasil:

Você deverá saber da invasão dos portugueses na província de Chiquitos. Essa abominável conduta é tão estranha que não posso nem formar um juízo exato dela. Com esse motivo, dirijo-me a você para que informe ao General Sucre e a mim do estado das relações entre o Rio da Prata e o Brasil: de como se vêem esses governos e tudo mais que possa contribuir para ilustrar essa importante questão. Eu não tenho desejo de fazer guerra ao Brasil, mas se nos procuram, nos encontrarão. Seis milhões de americanos me obedecem e podem cobrir com suas forças o inflamável império. (Carta a Mariano Sarratea, datada de Arequipa, 29/5/1825. R. 1216. Tomo IV, p. 336-337)

Diante da solução do desentendimento em Chiquitos e da não-necessidade de uma guerra, o Brasil, mais uma vez, sumiria das cartas de Bolívar. Reapareceria quando uma delegação argentina fosse à procura de Bolívar para conseguir seu apoio na questão do Prata. Uma vez mais, Bolívar demonstraria cautela e desejo de não se envolver em nenhum conflito com o Brasil. Como exaustivamente se colocou, o Brasil era sinônimo da Santa Aliança – e toda a avaliação morria aí. Esse argumento não se perderia quando a situação no Prata exigisse alguma intervenção, ao contrário, tal argumento tornar-se-ia repetitivo. Ao

comentar sobre a vinda dos comissionados argentinos, assim Bolívar escrevia ao general Tomás de Heres:

Las Heras me disse que Alvear e Díaz Vélez, que são os comissionados que vêm, tratarão comigo de assuntos que são da maior importância para a felicidade da América. Eu entendo que tratarão sobre a guerra com o Brasil; assunto muito espinhoso e perigoso, porque deve nos enredar com a Santa Aliança. (Tinta, 29/7/1825. Tomo IV, R. 1255, p. 406-407)

Em outra carta:

Ontem, cheguei a esta capital [Puno] e, no dia 9, sigo a La Paz. Pelos comunicados que me tem remetido o general Sucre, de Buenos Aires, sei claramente que a missão do general Alvear e do Dr. Díaz Vélez traz, entre outros objetos, o convite formal para fazer guerra ao Brasil, com o objetivo de recuperar a Banda Oriental e Montevideú. Como esse negócio é gravíssimo, não me deixarei arrastar nem pela glória e nem pela lisonja. Este projeto à primeira vista parece que é só para ajudar contra o Brasil, mas como a Santa Aliança pode com o tempo aproveitar-se do Brasil para nos darmos mal, seria muito útil consultarmos de antemão a Inglaterra. Eu creio que conviria saber da opinião da Grã-Bretanha para poder trabalhar em consequência dela. Esse imperador do Brasil é jovem e legítimo e pode ser manipulado em segredo pela Santa Aliança, e em público nos fazer a guerra como herdeiro de todos os direitos perdidos pelos Bourbons. (Carta a Tomás de Heres. Puno, 6/8/1825. Tomo IV, R. 1257, p. 408-410)

Em carta a Santander, mais uma vez a vinculação entre o Brasil e a Santa Aliança era motivo de preocupação:

Acabo de saber que onze navios de guerra e ainda um reforço poderoso tem chegado a Montevideú com o objetivo de forçar Buenos Aires a renunciar da Banda Oriental ou a abrir hostilidades: tudo isso coloca o Rio da Prata em um imenso conflito e deve inquietar-nos por nosso futuro, pois todos os monarcas são confrades da Santa Aliança e esta é um abismo onde vão-se sepultar, de todas as partes, a lei e a liberdade. (Carta a Santander. La Paz, 19/8/1825. Tomo IV, R. 1263, p. 421-423)

O encontro dos comissionados argentinos com Bolívar, em outubro de 1825, obrigou-o a tomar uma posição. Ele demonstrava não querer tomar uma atitude sozinho, pois as complicações políticas advindas de tal ato certamente seriam inúmeras. Encontrou a saída na sugestão de apresentar a questão ao Congresso que se reuniria no Istmo. Em carta a Santander, ele relatava o objetivo de Alvear e Vélez, bem como apresentava as explicações que dera aos comissionados:

[...] Também direi a você confidencialmente que esses senhores têm falado com excessiva franqueza sobre o atual estado de Buenos Aires com relação ao Brasil, o que, ao que parece, é o principal encargo de sua comissão. Têm-me dito, sem nenhum rodeio, que eles crêem inevitável a guerra entre o Brasil e Buenos Aires, tais eram os mútuos ressentimentos; e mais do que tudo a opinião geral do povo, ao fim, arrastaria a do governo contra os portugueses. Além disso, têm acrescentado que os representantes da província da Banda Oriental tomaram assento no Congresso, o que prova que o mesmo congresso os reconhece, como representantes de uma parte de seu território. Em uma palavra, esses comissionados têm deixado claro, sem nenhum disfarce, que esperam a guerra com o Brasil; que não se crêem fortes para resisti-la, e ultimamente, que têm esperanças que eu os auxilie fazendo uso dos recursos do Peru e da Colômbia.

[...] Eu tive de contestar-lhes que, uma vez próximo do ministério de relações exteriores, encontrava-me dolorosamente privado de tratar de modo solene a missão, e concluí oferecendo, da minha parte, contribuir para o melhor êxito de uma negociação que interessa a toda a América. Essas palavras puseram esses cavaleiros em desagradável embaraço, pois viram que em mim não residem as faculdades exteriores ao Peru, das quais me desprendi ao sair de Lima; conhecendo que, com relação à Colômbia, nada me é permitido decidir e, ultimamente, calculando que se estamos reunidos federalmente no Panamá, nossas decisões de guerra, sobretudo, devem ser federais.

Mais adiante, o argumento da Santa Aliança repetia-se:

Têm me dito [Alvear e Vélez] terminantemente que eu devo exercer o *protetorado* na América, como o único meio de salvá-la dos

perigos que a ameaçam, muito particularmente pela atitude hostil que tem tomado o Brasil contra Buenos Aires, medidas que podem alargar-se de acordo com as vantagens que obtenham. Eu creio que isso não é só provável, mas não está muito distante de acontecer. Eu sei que o Imperador do Brasil está muito satisfeito com a proteção que lhe dispensa a Inglaterra e, se você tem visto as relações dele com Charles Stewart em Lisboa, sabe que o Imperador tem razão de não somente estar orgulhoso, mas de esperar muito da Inglaterra. Além disso, não seria estranho que o Imperador do Brasil estivesse destinado a ser instrumento do qual se valha a Santa Aliança, para destruir nossas instituições liberais, começando por Buenos Aires, que é a parte mais débil.

Na mesma carta, um outro trecho é demasiado sugestivo. Bolívar examinava o ódio que o Brasil devia sentir pelas repúblicas:

[...] Rapidamente, direi a você que quando o imperador soube do desastre que sofremos em Matará disse essas palavras em sua corte: “que se comprazia da notícia, porque era uma fortuna que o maldoso Bolívar tivesse sido destruído”. Entretanto, passados três dias, teve a mortificação de saber da vitória de Ayacucho. Pese as palavras do Imperador e descubra o ódio que nos professa: por todas essas razões, eu não posso desatender de todo [os pedidos argentinos]...

[...] O Imperador do Brasil está, atualmente, animado por dois princípios opostos, que compõem um monstro. Ele professa um ódio mortal a nossas repúblicas a exemplo da Santa Aliança e está orgulhoso pela proteção dos ingleses que, por conveniência, querem lisonjeá-lo. (Potosí, 10/10/1825. Tomo IV, R. 1290, p. 456-461)

Nesse último trecho, cabe repensar, mais uma vez, algumas das hipóteses acerca da denegação. Como, de repente, sobrepondo-se ao silêncio e ao desconhecimento, aparece o ódio? Como afirmá-lo de modo tão categórico, apoiado apenas por uma fala do Imperador? Poderia a análise ser subitamente simplória? Acredita-se que não. O que se arrisca como hipótese é que o ódio – ou a afirmação do ódio do outro – é revelador de um imaginário político que ia, aos poucos, consolidando-se e tinha na expressão desse sentimento um de seus fortes elementos.

A discussão sobre o Brasil nas cartas de Bolívar é cheia de lacunas, exatamente como aqui se apresentou. Todavia, são as lacunas que intrigam justamente pelas pistas deixadas no caminho. A conclusão inicial que se retira deste painel não é nada inovadora: o Brasil não pôde dividir com a América Hispânica nenhum tipo de “tradição”; nem mesmo o fato de terem vivenciado séculos como colônias da Portugal e Espanha lhes legou qualquer possibilidade de aproximação efetiva. A luta pela independência conheceu estratégias diferenciadas na América Espanhola e na Portuguesa, e essa constatação não é uma criação da historiografia, ela está dada na leitura feita pelos atores históricos. A guerra marcou os contemporâneos da independência na América Espanhola do mesmo modo que o pacto marcou os contemporâneos da independência na América Portuguesa.

A América Portuguesa era um universo desconhecido para a América Hispânica e vice-versa. Do desconhecimento, propalaram-se imagens preconcebidas, marcadas pelo medo e ignorância, daí o fruto não podia ser outro que a prática da denegação. O regime de governo escolhido após a independência afastou essas porções próximas da América, não lhes permitiu entabular qualquer conversa no sentido de divisar um futuro para o continente. Entretanto, cabe apontar que, se o regime de governo era algo importante para ser contabilizado na matemática do desconhecimento, ele não é o único que pode explicar essa ocorrência.

Como já demonstraram outros autores, a proclamação da República no Brasil não seria capaz de mudar o estado das relações entre Brasil e América. À medida que a República brasileira afirmar-se-ia por meio da busca da (res)significação das tradições imperiais, a aproximação com a América Latina, mais uma vez, mostrar-se-ia vetada – e isso desde os primeiros anos da década de vinte do século passado (PRADO, 2001). A despeito da informação anterior, qualquer afirmação que se faça nesse sentido vem associada à extrema complexidade desse processo. Se a República brasileira buscou a tradição imperial, foi para readaptá-la com o objetivo de reforçar os pilares e a necessidade do regime republicano. Assim, ao mesmo tempo, assumia-se a importância da herança monárquica na cultura política brasileira e reforçava-se os ideais republicanos a partir da compreensão dessa lógica (SANDES, 2000). Nesse intrincado panorama, apesar de a aproximação da República do

Brasil com as repúblicas hispano-americanas não vingar para um futuro mais distante, isso não significa que ela (a aproximação) não tenha sido tentada, afinal, haveria melhor momento para tal ação? É sintomático que, em 1922, tenha-se realizado, em meio às comemorações do Centenário da Independência, o I Simpósio Internacional de História da América. Comemorar cem anos de independência sob o regime republicano exigia congregar o continente americano. Logo, se o que permaneceu foi um diálogo de costas entre Brasil e América, houve momentos em que essa situação foi sobrepujada, pois

o Brasil republicano tentava inverter uma “tradição” da cultura brasileira do século XIX: a de virar as costas para o continente. Ao lado de inúmeras instituições congêneres, o IHGB buscava “inventar” uma América solidária e estabelecer um diálogo com o Velho Mundo, no qual a América alcançasse a dimensão de sujeito. Amarrado à condição de capítulo da história européia, reaparece, para os americanos, o dilema da identidade. A produção de uma História Geral da América, a ser elaborada a partir da síntese das diversas contribuições dos institutos históricos americanos, pretendia demonstrar, de forma inequívoca, o alto grau de desenvolvimento do Novo Mundo. (SANDES, 2000, p. 86)

A leitura que visa encontrar os fios que ligam ou separam a América e o Brasil é cheia de armadilhas e revela pontos deveras conflitantes. Na senda do desconhecimento, outra problemática pode ser aventada. Como já se mencionou, o desconhecimento não era apenas do Brasil, ele se aplicava em menor grau a outras regiões, tais como México, Chile, Buenos Aires – a América Hispânica era um conjunto heterogêneo. Como tal, não se conhecia nem se integrava tanto quanto os contemporâneos do século XIX quiseram fazer parecer.

Em suma, percebe-se que Bolívar conhecia a América de duas maneiras. A primeira delas era marcada pelo empirismo. Bolívar conhecia o Peru, a Colômbia, o Equador, a Venezuela, o Panamá; passou por esses territórios e expressou suas opiniões a respeito deles. Lidou com a sua gente, com os seus chefes, sentiu as mazelas políticas e sociais dessa sua América. A sua segunda maneira de conhecer foi pelo “olhar do outro”, mais especialmente pelo olhar de seus generais, que exerceram funções de lideranças guerreiras ou diplomáticas. Desse segundo

conhecimento, Bolívar construiu imagens preconcebidas e as expôs em suas missivas. Além de Libertador, Bolívar pretendia ser o grande decifrador da América e, com imagens preconcebidas ou não, este era um desejo constante. Dessas colocações, retira-se que, se o desconhecimento era um dado, a ambição de conhecer, classificar, ordenar, enfim, o anseio de estabelecer um projeto de conhecimento poderia estar na outra ponta do iceberg. Assim, o discurso bolivariano apresenta uma vontade de saber e de conhecer que

desenhava planos de objetos possíveis, observáveis, mensuráveis, classificáveis; uma vontade de saber que impunha ao sujeito cognoscente (e de certa forma antes de qualquer experiência) certa posição, certo olhar e certa função (ver, em vez de ler, verificar, em vez de comentar); uma vontade de saber que prescrevia (e de um modo mais geral do que qualquer instrumento determinado) o nível técnico do qual deveriam investir-se os conhecimentos para serem verificáveis e úteis. (FOUCAULT, 1996, p. 16-17)

O desejo de conhecimento esteve particularmente associado à defesa de Simon Bolívar pela unidade americana. Nesse momento, aparece uma das questões-chave, que recoloca e reforça o jogo entre o que se desconhece e, simultaneamente, o que se quer conhecer: como defender e patrocinar a unidade do que se desconhecia? A qual América propunha-se a unidade? No epistolário, fica claro que quanto maior fosse o número de regiões que se conseguisse ganhar para o projeto da unidade, melhor seria. Inclusive o Brasil foi convidado para o Congresso do Panamá. Daí, retira-se uma observação básica: dar unidade a uma América que não se conhecia era inventá-la “por dentro”; Bolívar quis ser o americano responsável por essa obra. Pensada assim, a unidade americana nasceu e configurou-se como um projeto de Bolívar que, todavia, mais do que qualquer outra idéia, vingaria em solo americano e, desde então, conquistaria o imaginário de políticos e intelectuais latino-americanos.

Os debates sobre a unidade americana atravessaram o século XX e mantêm-se acesos. Apesar dos inúmeros atributos de Bolívar, seu nome estaria muito especialmente ligado à história do “panamericanismo”. A morte do general antes mesmo do desmembramento da Nova Granada, em 1831, permitiu que seu nome continuasse identificado ao

ideal de unidade; como se, uma vez vivo, Bolívar pudesse impedir o desfecho controlado pelas elites locais. Não se faz a História com os “se”, mas eles ajudam a pensar. Provavelmente, Bolívar não conseguiria deter o processo de desmembramento da América Hispânica e a unidade seguiria sendo em sua vida o que foi na morte: um projeto. Não obstante, não é isso o que interessa. Muito mais importante é como, mesmo diante do desconhecimento, o general foi capaz de empreender uma narrativa convincente em torno do ideal da unidade americana. Mapeado o desconhecimento, mapeia-se a impossibilidade da unidade.¹⁰ Nessa construção, à unidade restaria a força de um imaginário político poderoso, articulador de grandes projetos futuros para a América, referendados pela palavra de Simon Bolívar. Igualmente, podia-se entender o projeto de unidade como o sintoma mais visível do empenho de Bolívar em conhecer a América, em estabelecer um conhecimento verificável e útil ao seu projeto de poder. Considera-se o desconhecimento como uma pista fundamental e entende-se a unidade como um grande tema, capaz de recompor o diálogo (de surdos que seja) entre Brasil e América (ou, mais ainda, entre a América Espanhola mesmo, uma vez que a unidade sequer era interna às repúblicas hispano-americanas).

As Américas não quiseram apresentar-se como modelos uma a outra, eram espelhos invertidos. Queriam guardar-se em seu cordão de isolamento, mas incomodavam-se por uma relação marcada pelo medo, repúdio e ignorância. Os caminhos para desvendar o cultivo de tais sentimentos e sua importância na constituição de um imaginário político latino-americano são muitos, apontou-se uma possibilidade apenas.

Abstract

The analysis of the America independence process makes possible to observe that the political strategies taken by Portuguese America, on this side, and by Hispanic America, on the other side, motivated the culture of denial among these portions of American territory. In order to identify, in a contemporaneous speech, the denial affirmation the epistolary of Simon Bolivar was elected like source. In such case, this article presents the speech instituted in the letters of this important leadership, considering especially the references of images dedicated to Brazilian monarchy.

Key words: Bolívar, epistolary, denial.

Notas

1. Toma-se aqui o marco das independências como o melhor momento para a análise da denegação, mas, como bem lembra Leandro Karnal (2000, p. 93), é preciso considerar que, ainda antes das independências, há um antagonismo histórico manifesto nas relações estabelecidas entre a América Portuguesa e a Espanhola. Esses antagonismos constroem a base para a denegação. Entre outros acontecimentos, pode-se destacar como prova do anterior as disputas por Sacramento e a invasão espanhola no Rio Grande do Sul no século XVIII.
2. Entende-se que o imaginário é parte integrante do campo da representação e vem associado à evocação de uma imagem ao mesmo tempo que a supera, posto que o imaginário auxilia na reflexão não só sobre a imagem, mas sobre a imaginação mesma. Como esclarece Maria Helena Capelato (2000, p. 229): “Integrando o campo da representação, ou melhor, exprimindo a representação, o imaginário tem, portanto, sua existência afirmada pelo símbolo e sua expressão garantida pela evocação de uma imagem seja ela acionada por palavras, por figuras de linguagem ou por objetos. Quando uma sociedade, grupos ou mesmo indivíduos de uma sociedade se vêem ligados numa rede comum de significações, em que símbolos (significantes) e significados (representações) são criados, reconhecidos e apreendidos dentro de circuitos de sentido; são utilizados coletivamente como dispositivos orientadores/ transformadores de práticas, valores e normas; e são capazes de mobilizar socialmente afetos, emoções e desejos, é possível falar-se da existência de um imaginário social”.
3. Simon Bolívar nasceu em Caracas, no dia 24 de julho de 1783. Filho de família poderosa, perdeu pai e mãe bem cedo, respectivamente, aos três e nove anos. Em 1798, embarcou para a Espanha para estudar e conheceu Maria Teresa Rodríguez Del Toro, com quem se casou em 1802. Em 1803, Bolívar sofreria outra perda, dessa vez, a da esposa em virtude da febre amarela. Foi quando decidiu retornar à Espanha e iniciou uma série de viagens, conhecendo a Itália, a França e os Estados Unidos. Em 1810, tomou contato com Miranda, em Londres. Participou da primeira tentativa de independência da Venezuela, em 1810. Dessa data até cerca de 1828, Bolívar dedicou-se ora às inúmeras batalhas pela conquista da emancipação, ora às tentativas de montagem de uma estrutura de poder que viabilizasse um governo *criollo* na América. Em 1828, Bolívar sofreu um atentado, no qual não foi vitimado. Veio a falecer apenas em 17 de dezembro de 1830, em Santa Marta. O espaço geográfico no qual Bolívar atuou compreendia os antigos vice-reinados da Nova Granada e Peru (este último corresponde

aos territórios atuais de Peru e Bolívia, que no século XIX era conhecido como Alto Peru). O território da Nova Granada corresponde aos atuais países da: Colômbia, Panamá, Venezuela e Equador. (BELLOTO e CORRÊA, 1983).

4. Não se quer dizer com a referência ao Antigo Regime que as independências em nada transformaram a realidade americana. Não seria admissível erro crasso. Trata-se apenas de estar em concordância com a historiografia mais recente que demonstra, especialmente para o caso hispano-americano, o quanto as rupturas estiveram prejudicadas pela organização da ordem (após o fim da década de 1820) sob alguns pilares do Antigo Regime. A reprimenda das possíveis revoltas sociais e a manutenção das hierarquias foram ações concretas dessa avaliação política. Rubem Barbosa Filho (2000), utilizando-se de Túlio Halperín Donghi (1975), vai mostrar que, de início, o processo de emancipação não se fez contra o Rei ou contra o Antigo Regime. Foi exatamente a sensação de orfandade dos súditos que aprofundou o “dever” da emancipação. No caso brasileiro, a historiografia mais recente preocupou-se em mostrar a ocorrência de rupturas, desde 1808. Ao discutir com uma abordagem estruturalista que se apegava na manutenção da dependência econômica externa para negar a independência enquanto processo político caracterizado por um rompimento com as arcaicas estruturas coloniais, a revisão historiográfica, empreendida na década de 1970, colocou em xeque a primazia da análise que, até então, pautava-se pela chave da “continuidade”. Ao caminharem em sentidos distintos, que apontavam discussões também diferenciadas, as revisões historiográficas demonstraram a necessidade de avaliar que “ruptura” e “continuidade” não se excluem, mas podem estar presentes num mesmo processo. Essa foi a grande contribuição da renovação historiográfica que tomou por objeto as independências na América.
5. Essa metáfora está presente na “Carta da Jamaica”, a conhecida “Carta Profética”, datada de 6 de setembro de 1815, de Kingston. Segue a reprodução do trecho: “Os Estados do istmo do Panamá até a Guatemala talvez formem uma associação. Essa magnífica posição entre os dois grandes mares poderá ser, com o tempo, o empório do universo: seus canais encurtarão as distâncias do mundo, estreitarão os laços comerciais entre a Europa, a América e a Ásia, trarão à tão feliz região os tributos das quatro partes do globo. Ali, apenas ali, talvez possa fixar-se um dia a capital da terra, como Constantino pretendeu que Bizâncio fosse a capital do antigo hemisfério” (BOLÍVAR apud SORIANO, 1992, p. 70).
6. Interessante anotar as impressões presentes no prefácio à publicação do *Archivo Diplomático da Independência*, obra que veio à público, em 1922,

por ocasião das comemorações do Centenário da Independência. Os autores, ao contrário do exposto, acreditavam que a independência brasileira, exatamente por ter sido feita com o auxílio do príncipe regente, herdeiro dos Bragança, causou certo embaraço político aos diplomatas. Literalmente, assim escreveram: “O entabulamento das relações internacionaes estava então sob o arbítrio de homens de Estado, que na mór parte, sentiam uma repulsa, quase instintiva, pelo movimento libertador da América Latina, movimento que era todo infenso a seus rotineiros princípios e ideaes políticos. Subia de ponto essa repulsa, em relação ao Brasil, por varias causas, das quaes não era a mais forte o character popular, acentuadamente democrático, do movimento emancipador, mas o facto de ter cabido a chefia do Estado a D. Pedro, príncipe herdeiro da Côroa portugueza. Essa circumstancia embaraçava, quasi inextricavelmente, a questão política [...] (sic)” (VASCONCELLOS, 1922, p. X). O mesmo raciocínio pode ser encontrado nas anotações de John Armitage, em *História do Brasil*, obra escrita em 1836.

7. As cartas apontam para a necessidade de discutir sobre o tempo (interno e externo às missivas), sobre o sujeito que escreve e por que escreve e, ainda, sobre a relação cultivada entre remetente e destinatário. Essas reflexões não cabem todas neste artigo, aqui aparecerão diluídas e sem grande profundidade. Em um outro artigo, discutem-se as possibilidades e os limites das cartas, quando tomadas como fonte pelo historiador. O artigo está no prelo e intitula-se: “A escrita de si no epistolário de Simon Bolívar: uma consagração da memória à História (1799-1830)”.
8. A primeira intervenção portuguesa na Banda Oriental foi feita em 1816. Tal intervenção, de imediato, colocou em xeque os interesses de Buenos Aires que pretendia dominar o local. O território da Banda Oriental pertencera ao Vice-Reinado do Rio da Prata, e os portenhos acreditavam que o domínio de Buenos Aires sobre a região via-se justificado historicamente. Qualquer atitude contrária a esse “direito histórico” era malvista e, portanto, a anexação da Banda Oriental foi considerada pelos argentinos como uma atitude imperialista e desrespeitosa dos luso-brasileiros. Em 1821, o Brasil incorporava a Banda Oriental e nomeava-lhe Província Cisplatina. A Guerra da Cisplatina, ocorrida entre 1825 e 1828, terminou com a intervenção inglesa e a independência da Banda Oriental que se chamaria, desde 1830, Uruguai. Pouco antes, em 1825, a Banda Oriental comporia o congresso das Províncias Unidas do Rio da Prata ao lado de Buenos Aires.
9. O Alto Peru (Bolívia) só foi submetido, em abril de 1825, pelo Comandante Sucre. Foi exatamente nesse momento, convulsionado e indefinido, que se deu a invasão por “tropas portuguesas” da província de Chiquitos,

localizada no Alto Peru. Momento convulsionado e indefinido porque a independência desses territórios era demasiado recente e, portanto, não possuíam essas localidades nenhum aparato institucional que lhes protegesse de alguma iniciativa mais feroz e bem articulada da Espanha, apoiada pelas potências européias ou mesmo pelo Brasil. Diante da invasão, não esteve distante uma aliança continental (que, no entanto, não se viabilizou) entre as forças da Grã-Colômbia (composta pelos atuais territórios da Colômbia, Equador e Venezuela), sob a liderança de Bolívar, e as do Peru, da Bolívia e do Chile. Sucre, em uma de suas cartas, sugeria uma invasão no Rio de Janeiro (o conhecimento de tal sugestão se deu por meio de um comentário feito por Bolívar numa carta destinada à Santander). O conflito resolveu-se assim que o Imperador soube da invasão. Como a ordem realmente não tinha partido dele e sim do Comandante Araújo, este último recebeu prescrição imediata para se retirar do território do Alto Peru, pois não interessava ao Brasil o conflito direto com os exércitos de Bolívar. Naquele momento, já se desenhava na região do Prata um novo empreendimento, esse sim muito mais cobiçado pela monarquia.

10. Essa discussão resultaria na confecção de outro artigo e, como se informou, esta é uma pesquisa em andamento. Pretende-se captar o desconhecimento e vinculá-lo às questões sobre a unidade, mas esse ainda é um passo que não se deu. Para o momento, o que se tem é a estratégia para chegar até a tradução do desconhecimento nas cartas. Conforme foi dito, o Brasil apareceu em conjunturas específicas no epistolário, quando da invasão em Chiquitos e quando da Questão do Prata. Nesses dois momentos, os interlocutores privilegiados de Bolívar foram o General Antonio José de Sucre, alguns diplomatas e os comissionados argentinos. Por meio das cartas-resposta desses homens, acredita-se ser possível encontrar pistas que permitam esclarecer quais informações eram repassadas a Bolívar para, depois, mostrar como ele as filtrava e as utilizava em suas próprias missivas.

Referências

- ARMITAGE, John. *História do Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Zelio Valverde, 1943.
- BARBOZA FILHO, Rubem. Rupturas e independências. *Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000. p. 357-438.
- BELLOTTO, Manuel Lello; CORRÊA, Ana Maria Martinez (Orgs.). *Simon Bolívar: política*. São Paulo: Ática, 1983.

CAPELATO, Maria Helena; DUTRA, Eliana Regina. Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. *Representações: contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000. p. 227-267.

DONGHI, Túlio Halperín. A crise da independência. *História da América Latina*. 3.ed. (1.ed. 1975). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 47-80.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GUERRA, François-Xavier. El soberano y su reino: reflexiones sobre la génesis del ciudadano en América Latina. In: SÁBATO, Hilda (Coord.). *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. México: FCE/Colégio de México, 1999. p. 33-61.

HILDEBRANDT, Martha. *Léxico de Bolívar: el español de América en el siglo XIX*. Lima, 2001.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. v. 1. São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 285-316.

KARNAL, Leandro. O Brasil e a América Latina denegada. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 28, p. 99-110, jul./dez. 2000.

LECUNA, Vicente. *Cartas del libertador*. Venezuela: Fundación Vicente Lecuna e Banco de Venezuela, 1964. 7 t.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999. (Ensaio Latino-americanos, 4).

_____. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*, São Paulo: USP, n. 145, p. 127-149, 2001.

ROMERO, José Luís. El pensamiento político de la emancipación. El pensamiento político latinoamericano. Buenos Aires: AZ Editora, [s.d.]. p. 153-194.

SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a Monarquia e a República*. Goiânia: Editora da UFG; Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.

SORIANO, Graciela (Org.). Introdução. *Simón Bolívar: escritos políticos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.